

Papéis conjugais desejáveis e traços de personalidade apropriados: uma explicação motivacional*

Gabrielle Poeschl**

Aurora Silva***

Cláudia Múrias**

Resumo: A repartição desigual do trabalho familiar entre homens e mulheres contradiz, de forma flagrante, a ética igualitária em que se baseia a nossa sociedade. Portanto, várias teorias procuraram explicar por que razões as práticas familiares tradicionais não mudaram, apesar da liberalização das atitudes para com os papéis conjugais que seguiu o ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho. O estudo apresentado aqui procura examinar três assunções que propomos para explicar a manutenção das práticas familiares tradicionais. Em conformidade com essas assunções, os resultados sugerem que (a) as mulheres estão motivadas para manter as práticas familiares tradicionais, os respondentes femininos considerando o papel tradicional feminino menos apropriado aos homens do que os respondentes masculinos; (b) as mulheres partilham com os homens a crença de que existem diferenças entre os sexos que justificam os papéis tradicionais, considerando nomeadamente a dominância pró-social menos desejável e a dominância egoísta mais desejável para os homens do que para as mulheres; (c) tal como os homens, as mulheres acreditam que os papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e as mulheres provêm das suas personalidades, associando a desejabilidade da dominância pró-social e da dominância egoísta masculina à desejabilidade de os homens desempenharem o papel comunal. Discute-se a importância de encorajar a igualdade entre os sexos na família para alcançar uma melhor igualdade na sociedade.

Palavras-chave: papéis conjugais, estereótipos, reprodução social, representações sociais

Desirable marital roles and appropriate personality traits: a motivational explanation

Abstract: The unequal repartition of family work between men and women contradicts, blatantly, the equalitarian ethic on which our society is based. Therefore, several theories attempted to explain why the traditional family practices did not change, in spite of the liberalization of the attitudes towards the marital roles that followed the massive entry of women in the work market. The study presented here aims to examine three assumptions that we propose to explain the maintenance of traditional family practices. In line with these assumptions, our results suggest that (a) women are motivated to maintain the traditional family practices, since female respondents consider the female

* Este estudo foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projecto POCTI/36451/PSI/00/2000, participado pelo FEDER).

** Aurora Silva faz parte do Centro de Psicologia da Universidade do Porto e é docente na Universidade Fernando Pessoa.

*** Universidade do Porto.

traditional role less appropriate to men than do male respondents; (b) women share with men the belief about the existence of sex differences that justify the traditional roles, considering namely prosocial dominance less desirable and egoistic dominance more desirable for men than for women; (c) such as men do, women believe that roles traditionally assigned to men and to women stem from their personalities, associating the desirability of male prosocial dominance and egoistic dominance to the desirability that men share the communal role. The importance to encourage the equality between the sexes in the family to realize a better equality in society is discussed.

Keywords: marital roles, stereotypes, social reproduction, social representations

Os estudos realizados sobre a organização familiar mostram, de forma consistente, que o ingresso em massa das mulheres no mundo profissional tornou as opiniões sobre a divisão dos papéis conjugais mais liberais, sem se traduzirem em alterações significativas nas práticas familiares (Spence, Deaux & Helmreich, 1985; Müller, 1998). No que respeita ao poder familiar, vários autores, de acordo com a “teoria dos recursos” (Blood & Wolfe, 1960), foram levados a concluir que a actividade profissional das mulheres se tinha reflectido numa redução de autoridade do marido e numa partilha mais ou menos igualitária das decisões entre os cônjuges. Contudo, esta perspectiva pragmatista, segundo a qual o poder familiar estaria baseado numa legitimação racional (a importância dos recursos dos cônjuges) e não em normas culturais tem sido alvo de numerosas críticas (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993). Uma das críticas reside no facto das declarações dos cônjuges apresentarem apenas uma fraca correspondência com a observação directa dos seus comportamentos (Babcock, Waltz, Jacobsen, & Gottman, 1993). Para além disso, as tomadas de decisão parecem constituir apenas um dos níveis do poder familiar. Se, a este nível cada cônjuge teria, de facto, total liberdade na gestão dos recursos atribuídos à zona de competências que lhe é confiada, a repartição das zonas de competências

entre os cônjuges e a definição da importância dos recursos destinados a cada zona seriam decididas a um nível superior onde o poder masculino permanece intocável (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993). Por último, as decisões adoptadas não revelam as estratégias de poder utilizadas pelos cônjuges (Babcock, Waltz, Jacobsen, & Gottman, 1993). A este respeito, pode-se salientar que vários trabalhos sobre a violência conjugal sugerem que o questionamento (real ou percebido) da autoridade masculina pode, às vezes, suscitar comportamentos violentos para com as mulheres (Anson & Sagy, 1995). Por outro lado, os estudos sobre a divisão do trabalho parental revelam que, na actualidade, as mulheres são ainda consideradas como responsáveis pelas crianças, apesar de serem cada vez mais numerosas a exercer uma actividade profissional, mesmo quando são mães de crianças pequenas¹. Desta forma, as mulheres continuam a assumir mais de metade do trabalho parental e a estar mais em contacto com os filhos do que os pais (Darling-Fisher & Tiedje, 1990). Apesar da sociedade ter mais expectativas actualmente do que dantes de que os pais cuidem dos filhos, ela ainda não encoraja os homens a assumir em prioridade o papel de pai,

¹ Segundo um relatório da Comissão das Comunidades Europeias (1997), mais de 60% das mulheres portuguesas com filhos de menos de 10 anos têm um emprego a tempo inteiro.

nem os prepara para desempenhar este papel (Wille, 1995).

Por último, os estudos sobre a divisão do trabalho doméstico mostram que os homens continuam a contribuir apenas de forma reduzida nas tarefas domésticas (Stohs, 1995; Poeschl, 2000). Embora as mulheres pareçam consagrar menos tempo a estas tarefas, esse facto não se deve a uma maior participação do marido, mas sim à redução, pelas próprias mulheres, das actividades domésticas ou à modificação do seu modo de vida (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993). Alguns autores consideram, contudo, que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não tem diminuído (Saraceno, 1997): o tempo que era despendido, no passado, em tarefas como lavar a roupa à mão ou fazer conservas é utilizado, na actualidade, em novas tarefas, tais como o “trabalho de relações” necessário à criação e à manutenção de relações com a rede parental ou com os serviços públicos ou privados.

Os estudos que procuraram identificar as razões que justificam a manutenção da repartição desigual das tarefas domésticas sugerem, principalmente, três tipos de explicação (Mikula, 1998). Em primeiro lugar, os homens participariam menos no trabalho doméstico do que as mulheres porque a sua actividade profissional os obrigava a passar muito tempo longe de casa. Contudo, a investigação sobre os casais em que os dois cônjuges trabalham revela que, mesmo neste caso, os homens participam menos no trabalho familiar do que as mulheres. Os homens conseguem, geralmente, encontrar tempo para se dedicar a actividades de lazer, enquanto que a maioria das mulheres repartem todo o seu tempo entre o trabalho familiar e o trabalho profissional (Müller, 1998). Em segundo lugar, os homens trariam mais recursos para a família o que lhes daria mais poder no casal, o que lhes permitiria não

participar no trabalho familiar (cf. Mikula, 1998). Observa-se, todavia, que mesmo nos casos em que as mulheres têm rendimentos superiores aos dos maridos, elas continuam a assumir mais responsabilidades em casa do que eles (Müller, 1998).

A constatação de que os constrangimentos objectivos não podem explicar a desigualdade na distribuição do trabalho familiar remete para um terceiro tipo de explicações, não racionais mas culturais. De acordo com este tipo de explicações, os homens contribuiriam menos do que as mulheres para o trabalho familiar porque isso corresponde às normas dominantes da nossa sociedade (cf. Mikula, 1998). Com efeito, os papéis tradicionalmente desempenhados pelos homens e pelas mulheres (cf. Parsons & Bales, 1956), e aprendidos durante a socialização, constituem normas sociais que prescrevem os comportamentos apropriados e esperados por parte dos indivíduos. De acordo com estas normas, hoje, ainda, desaprova-se mais um homem do que uma mulher por não preencher o papel de ganhador, e mais uma mulher do que um homem por não se dedicar em prioridade à família (Stryker & Statham, 1985).

Alguns autores sublinham, no entanto, que é difícil aceitar a ideia de que os indivíduos se conformem passivamente às normas sociais adquiridas no decurso da socialização tendo como único objectivo o de preservar uma imagem positiva de si próprio, através do *feedback* positivo dos outros (Stryker & Statham, 1985). Esta observação é tanto mais relevante que as práticas familiares tradicionais, normativas, estão em flagrante contradição com a ética igualitária na qual se baseia a nossa sociedade. Assim, na sua teoria dos papéis sociais, Eagly (1987) defende que as mulheres poderiam conformar-se aos comportamentos normativos não forçosamente porque internalizaram as crenças que os justificam mas devido ao efeito da pressão social, ou seja, porque os grupos e os in-

divíduos que partilham estas crenças têm o poder de influenciar o seu comportamento. A interação entre práticas normativas tradicionais e norma social igualitária deveria permitir prever uma evolução das práticas familiares no sentido de uma distribuição mais igualitária das tarefas entre cônjuges. No entanto, não é isso que revelam os estudos mais recentes sobre a divisão do trabalho doméstico. Pelo contrário, a participação masculina, que tinha aumentado, em certos meios sociais, na época dos movimentos sociais da década de sessenta, parece ter regredido a partir da década de oitenta (Baudelot & Establet, 1992). Para além disso, na actualidade, são os homens que declaram contribuir de forma reduzida para o trabalho doméstico enquanto que as mulheres tendem a afirmar que os maridos participam de forma igualitária nestas tarefas (Müller, 1998). Estas observações sugerem que as mulheres contribuem de forma activa para a manutenção das práticas familiares tradicionais e desacreditam, em simultâneo, a opinião segundo a qual elas teriam a mesma motivação para instaurar a igualdade na família como para a instaurar no mundo profissional. Existe, portanto, um quarto tipo de explicações. Neste tipo de explicações defende-se que as mulheres estariam motivadas para manter as práticas familiares tradicionais, porque, nestas práticas, as relações entre homens e mulheres são invertidas. Por exemplo, Müller (1998) defende que as práticas familiares tradicionais permitiriam às mulheres exprimir em privado o seu desprezo para com os homens, compensando assim o desprezo que os homens exprimem em público para com elas. Esse facto explicaria porque as mulheres infantilizam os homens em casa, pondo em causa as suas competências, satisfazendo-lhes todas as exigências e evitando que eles sintam a mais pequena frustração.

Na nossa opinião, as mulheres poderiam estar motivadas para preservar as práticas familiares tradicionais porque essas práticas - que mantêm os homens dependentes das mulheres para criar os seus filhos e satisfazer as suas necessidades quotidianas - lhes dão a ilusão de que são elas que exercem o poder, não só na família, mas também, indirectamente, na sociedade (Poeschl, 2003a; Poeschl, Múrias & Costa, 2004). Neste sentido, concordamos com os autores que salientam que muitas mulheres não estão prontas para renunciar ao poder que deveriam sacrificar na eventualidade de uma partilha mais equitativa das tarefas familiares, e desencorajam os esforços dos seus parceiros quando eles procuram introduzir-se no que elas consideram ser o seu domínio (Larson, Richards & Perry-Jenkins, 1994; Ferree, 1991; Pleck, 1985). Portanto, discordamos com Eagly (1987) e defendemos que, pelo menos na família, muitas mulheres não se conformam aos comportamentos normativos sob a pressão social, mas estão motivadas para partilhar com os homens as crenças na existência de diferenças entre os sexos que justificam a manutenção das práticas tradicionais. Estas crenças, basicamente, apresentam as mulheres como mais amáveis, compreensivas, sensíveis às necessidades dos outros e preocupadas com o seu bem-estar do que o seriam os homens, e os homens como mais assertivos, autoritários, agressivos e individualistas do que o seriam as mulheres (Eagly, 1987). Embora alguns autores (Eagly, 1995) afirmarem que estes traços diferenciam realmente os homens e as mulheres, outros (Hoffman & Hurst, 1990) defendem que os traços atribuídos aos homens e às mulheres constituem uma mera tentativa para racionalizar e justificar a divisão das actividades por sexo. Sem entrar neste debate, que já discutimos noutra ocasião (Poeschl, Múrias

& Ribeiro, 2003), podemos afirmar que as crenças nas diferenças entre os sexos - ancoradas nas ideologias desenvolvidas no Séc. XIX com o objectivo de manter as mulheres em casa e afastá-las das fábricas - contribuem eficazmente para legitimar a manutenção das práticas familiares tradicionais (Poeschl & Seródio, 1998). A nossa interpretação permite dar sentido a um outro fenómeno, aparentemente paradoxal: os estudos que procuraram descrever a organização familiar e o seu efeito sobre os dois cônjuges observaram que tanto as mulheres, como os homens, consideram a organização que adoptaram justa e equitativa e descrevem-na, na maioria dos casos, como satisfatória, independentemente da forma como se distribuem o poder e o trabalho no casal (Baxter & Western, 1998; Müller, 1998; Roux, 1999; Mikula, 1998). Diversas tentativas de explicação podem ser encontradas na literatura. Assim, alguns autores sugerem que as mulheres poderiam ter uma concepção da justiça diferente da concepção dos homens, que seria baseada na humanidade e não na equidade, de acordo com o ponto de vista desenvolvido por Gilligan (1982). Contudo esta explicação não recolheu consenso e os resultados dos estudos sobre as concepções da justiça realizados numa perspectiva diferencial são pouco consistentes (Thoma, 1986). Outros autores, constatando que a repartição desigual das tarefas domésticas é vista como legítima, defendem que desigualdade não significa forçosamente injustiça. Assim, Roux (1999) verifica que três pessoas em cada quatro são de opinião de que a repartição desigual das tarefas domésticas é legítima. Os homens, nomeadamente, consideram a sua organização familiar mais desigual, mas mais justa do que as mulheres, enquanto as mulheres, considerando que o seu cônjuge compensa a sua

fraca participação no trabalho familiar com outros recursos, materiais ou simbólicos, se mostram gratas face a qualquer contributo masculino, mesmo reduzido. Se desigualdade não significa forçosamente injustiça, também injustiça não significa forçosamente insatisfação. Assim os autores que examinaram a satisfação das mulheres com a repartição do poder familiar consideram que a manutenção da autoridade masculina no casal poder-se-ia explicar não só pelo facto dos homens terem mais poder na sociedade em geral, mas também pela existência de expectativas generalizadas que eles tenham mais poder. Uma relação em que o homem não dominava seria, por conseguinte, contra-normativa, menos aceite socialmente e, portanto, menos satisfatória para os dois cônjuges (Felmlee, 1994; Gray-Little, Baucom & Hambi, 1996). Por outro lado, os autores que procuraram explicar a satisfação das mulheres com a distribuição do trabalho doméstico sugerem que as mulheres poderiam racionalizar os seus comportamentos na família, tornando-os satisfatórios porque não vislumbram outras alternativas, nem no interior, nem no exterior da família (cf. Mikula, 1998). Uma outra explicação seria que as mulheres retiram certos benefícios da organização familiar tradicional quando os próximos valorizam o que elas fazem para a família. Neste caso, a satisfação das mulheres proviria do facto de o trabalho familiar lhes permitir mostrar quanto elas são capazes de amar e de se dedicar aos outros membros da família (Yogev, 1981). Se admitirmos que as mulheres, como os homens, estão motivadas para manter as práticas familiares tradicionais, explicamos simultaneamente por que razões essas práticas não só não se modificam como são consideradas justas e satisfatórias. Vários estudos realizados recentemente em Portu-

gal apoiam este ponto de vista. Por exemplo, constatou-se que a posição dominada das mulheres no mercado de trabalho é considerada, geralmente, como mais injusta e mais insatisfatória do que a posição dominante dos homens, mas que a posição dominada das mulheres no contexto familiar é considerada tão justa e tão satisfatória como a posição dominante dos homens (Poeschl & Pinto, 2001-2). Para além disso, quanto mais os indivíduos de ambos os sexos acreditam na existência de diferenças naturais entre os sexos, tanto mais eles consideram essas posições justas e satisfatórias, o que confirma o maior tradicionalismo relativamente aos papéis conjugais dos indivíduos que mais acreditam na existência de diferenças entre os sexos (Poeschl & Silva, 2001).

No estudo que apresentamos agora, procurámos, entre outros, examinar três assunções da nossa proposta de explicação para a manutenção das práticas familiares tradicionais: (a) que as mulheres estão, de facto, motivadas para manterem as práticas familiares tradicionais; (b) que elas partilham com os homens a crença de que existem diferenças entre os sexos; (c) que elas associam as diferenças de personalidade dos homens e das mulheres às diferenças de papéis dos dois sexos na família.

Método

Respondentes

Oitenta e cinco jovens solteiros, 85 adultos casados e 35 adultos divorciados do Norte de Portugal participaram neste estudo. O grupo de solteiros é composto por 40 homens e 45 mulheres, cuja idade varia entre 18 e 29 anos (22 anos em média), pela maioria (82%) estudantes universitários. O grupo de adultos é composto por 59 homens e 61 mulheres, cuja idade varia entre 25 e 70 anos (43 anos em média);

51.3% são quadros superiores e médios, 29.6% empregados ou operários, 19.1% não têm actividade profissional.

Questionário e procedimento

O estudo foi realizado através de um questionário constituído por escalas de opinião, preenchido individualmente pelos respondentes que aceitaram participar na investigação. Na primeira página um breve texto introduzia a problemática, da seguinte forma: "As opiniões sobre os traços e os papéis dos homens e das mulheres modificaram-se ao longo do tempo e estão, hoje em dia, no centro de vários debates na comunicação social e nas conversas privadas. Para nos ajudar a conhecer melhor o que as pessoas pensam a este respeito, agradecemos que respondesse às questões contidas neste questionário". Depois de recolher os dados sociodemográficos, seguiam as duas partes que nos interessam aqui. Na primeira parte, os respondentes deviam indicar, numa escala de 7 pontos (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente), em que medida concordam que os homens e as mulheres possuem uma série de dez traços de personalidade e, de seguida, em que medida consideram que estes mesmos traços são apropriados aos homens e apropriados às mulheres (1=totalmente indesejável; 7=totalmente desejável).

Na segunda parte, os respondentes deviam indicar em que medida consideram que oito comportamentos habitualmente adoptados pelos cônjuges na família são apropriados aos homens e apropriados às mulheres (1=totalmente indesejável; 7=totalmente desejável) e, de seguida, em que medida concordam com uma lista de dez factores que poderiam estar na origem de diferenças nos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres na família (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente).

Todos os itens foram seleccionados dentro de respostas recolhidas em estudos prévios

por associação de palavras ou entrevistas (Silva & Poeschl, 2001-2; Poeschl, Múrias & Costa, 2004) e escolhidos com base na sua frequência, no seu poder de discriminar entre homens e mulheres e na sua relevância para o contexto familiar.

portamentos tradicionalmente associados ao papel comunal feminino. O segundo factor refere os comportamentos de chefe de família e de ganha-pão, ou seja, comportamentos característicos do papel agêntico masculino.

Quadro 1. Papéis conjugais. Solução factorial após rotação varimax

	Factor 1 32.37% $\alpha=.76$	Factor 2 22.96% $\alpha=.62$
Mostrar espírito de dedicação para com a família	.783	..192
Dar às crianças todos os cuidados de que precisam	.781	..213
Cuidar do lar e do bem-estar da família	.760	..045
Ser o/a confidente a quem os filhos contam segredos	.638	..267
Fazer em casa tudo o que o cônjuge faz	.573	-.220
Ser o chefe de família a quem as crianças obedecem	-.006	..847
Tomar as decisões importantes que dizem respeito aos membros da família	.186	..760
Trabalhar para sustentar a família	.122	..580

Quadro 2. Desejabilidade dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, em função do sexo de pertença dos respondentes

	Homens		Mulheres	
	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)
Comunal	5.58b	5.22c	5.95a	5.92a
Agêntico	5.89a	5.78a	5.32b	5.48b

Nota. Em cada linha, as letras diferentes indicam médias diferentes.

Resultados

Papéis desejáveis

Aplicou-se uma análise factorial em componentes principais sobre as respostas relativas à desejabilidade dos homens e das mulheres desempenharem os oito comportamentos seleccionados e habitualmente adoptados pelos cônjuges na família. Foram extraídos dois factores, com valor próprio superior a um e que explicam, no conjunto, 55.32% da variância total (cf. Quadro 1). O primeiro factor evoca a preocupação com a família e o trabalho familiar, com-

Para avaliar em que medida os dois papéis conjugais são percebidos como apropriados aos homens e apropriados às mulheres, começámos por calcular a média dos itens reunidos nos dois factores (os valores do *alpha de Cronbach* são registados no Quadro 1). De seguida, aplicámos sobre estas médias uma análise da variância 2(Aivo de descrição: homens vs. mulheres) x 2(Sexo dos respondentes: masculino vs. feminino), com o primeiro factor intra-sujeito² (cf. Quadro 2).

² Não sendo revelados efeitos devido ao estado civil dos respondentes, decidiu-se não incluir esta variável nas análises efectuadas.

A análise das respostas para o papel comunal revela um efeito significativo de Alvo ($F(1,203)=128.11, p<.001$), indicando que este papel é percebido como mais apropriado às mulheres do que aos homens (homens: 5.39; mulheres: 5.93). O efeito significativo de Sexo ($F(1,203)=4.54, p=.034$) sugere que os respondentes masculinos estimam o papel mais apropriado do que os respondentes femininos (respondentes masculinos: 5.76; respondentes femininos: 5.57). Porém, a interação significativa entre Alvo e Sexo ($F(1,203)=11.96, p=.001$) revela que o papel comunal é julgado igualmente apropriado pelos dois sexos quando está a ser desempenhado pelas mulheres (respondentes masculinos: 5.95; respondentes femininos: 5.92; $t(203)=-.34, ns$), ao passo que os respondentes femininos acham que esse papel é menos apropriado aos homens do que os respondentes masculinos (respondentes masculinos: 5.58; respondentes femininos: 5.22; $t(203)=3.08, p=.002$).

No que diz respeito ao papel agêntico, o efeito significativo de Alvo ($F(1,203)=67.36, p<.001$) revela que este papel é geralmente percebido como mais apropriado aos homens do que às mulheres (homens: 5.83; mulheres: 5.40). Para além dessa opinião consensual, a interação significativa entre Sexo e Alvo ($F(1,203)=6.14, p=.014$) indica - apesar das diferenças entre os grupos não serem significativas - que os respondentes masculinos estimam o papel agêntico mais apropriado aos homens do que os respondentes femininos (respondentes masculinos: 5.89; respondentes femininos: 5.78; $t(203)=.90, ns$), enquanto que os respondentes femininos consideram esse papel mais apropriado às mulheres do que os respondentes masculinos (respondentes masculinos: 5.32; respondentes femininos: 5.48; $t(203)=1.34, ns$).

Em suma, os papéis tradicionais associados aos dois sexos por Parsons (Parsons & Bales, 1956) continuam, hoje em dia, a ser considerados como os papéis apropriados aos homens e às mulheres. Na actualidade, ainda, se estima mais desejável que as mulheres cuidem do bem-estar dos membros da família e se encarreguem do trabalho familiar, e que os homens assumam os papéis de chefe de família e de ganhador. Esta opinião não foi modificada pela inserção das mulheres no mundo profissional (80% das mulheres adultas interrogadas exercem um emprego a tempo inteiro), e não é modulada pela experiência de casamento dos respondentes (já que não há efeito devido ao estado civil).

Para além disso, existem apenas fracas variações nas opiniões expressas pelos dois grupos sexuais. Com efeito, os dois grupos não se diferenciam relativamente à desejabilidade do papel agêntico para os homens, nem relativamente a (menor) desejabilidade deste papel para as mulheres. A atribuição, pelos dois grupos, do papel agêntico aos homens - e, nomeadamente, o reconhecimento do seu estatuto de chefe de família - dá apoio ao ponto de vista dos autores que consideram que as mulheres esperam que os homens tenham mais poder na relação conjugal (Felmlee, 1994; Gray-Little, Baucom & Hambi, 1996).

Os dois sexos também não se diferenciam relativamente à desejabilidade do papel comunal para as mulheres, mas divergem no que respeita à desejabilidade deste papel para os homens, considerado, curiosamente, significativamente menos apropriado pelos respondentes femininos do que pelos respondentes masculinos. Dado que as mulheres não se limitam a conformar-se às opiniões dos homens e não rejeitam mais do que eles o papel tradicional feminino, pelo contrário, defendendo-o, podemos estimar que as mulheres estão motivadas

para preservar as práticas familiares tradicionais.

Podemos examinar, agora, quais as explicações avançadas para justificar a existência de papéis diferentes para os homens e as mulheres na família.

Factores na origem de diferenças nos papéis masculino e feminino

Aplicou-se uma análise factorial em componentes principais sobre as opiniões acerca dos factores que poderiam estar na origem das diferenças de papéis dos homens e das mulheres na família. Foram extraídos três factores com valor próprio superior a um, que explicam, no conjunto, 63.88% da variância e que apontam, respectivamente, para explicações sociais, biológicas e em termos de poder (cf. Quadro 3). Tendo saturações elevadas nos dois primeiros factores, o item que atribui os papéis familiares às personalidades diferentes dos homens e das mulheres foi analisado separadamente tendo em conta a sua importância central neste estudo.

Para avaliar em que medida os respondentes dos dois sexos concordam com os quatro tipos de explicações propostas, calculámos a média dos itens reunidos nos factores (os valores do *alpha de Cronbach* são registados no Quadro 3) e aplicámos sobre estas médias uma análise da variância 4(Tipo de explicações: sociais vs. biológicas vs. poder vs. personalidade) x 2(Sexo dos respondentes: masculino vs. feminino), com o primeiro factor intra-sujeito.

A análise realçou apenas um efeito significativo de Tipo de explicações ($F(3,609)=112.92, p<.001$). Este efeito indica que os respondentes são da opinião de que os papéis que os homens e as mulheres desempenham na família provêm sobretudo das personalidades diferentes que têm ($M=5.10$), de factores sociais ($M=4.85$), de factores biológicos ($M=3.73$), sendo as explicações em termos de poder as de menor aceitação ($M=3.32$; todas as médias são diferentes entre si segundo o teste do *t de Student* para comparações múltiplas, $p<.05$).

Quadro 3. Explicações. Solução factorial após rotação varimax

	Factor 1 23.54% $\alpha=.69$	Factor 2 22.34% $\alpha=.70$	Factor 3 18.00% $\alpha=.60$
Por conformismo, as mulheres acabam por se adaptar a desempenhar o "papel feminino"	.752	.218	.297
É a própria sociedade que incute papéis diferentes aos homens e às mulheres na família	.705	-.158	-.143
Por conformismo, os homens acabam por se adaptar a desempenhar o "papel masculino"	.684	.223	.420
Se os papéis dos homens e das mulheres na família são diferentes, isto é fruto da educação	.634	-.125	-.064
São as diferenças hormonais que explicam as diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres na família	-.120	.887	.074
As diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres na família são originadas pelos seus genes serem diferentes	-.145	.866	.031
Há um instinto que leva a que os homens e as mulheres desempenhem papéis diferentes na família	.318	.567	-.042
As mulheres não permitem que os homens desempenhem outros papéis	-.125	.093	.832
Os homens não permitem que as mulheres desempenhem outros papéis	.184	-.078	.794

Nota. Foi retirado o item "Os papéis que os homens e as mulheres desempenham na família provêm das personalidades diferentes que têm" por ser misto.

Visto que é mais vulgarmente aceite que os papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres provêm das suas personalidades, pode-se concluir que a relação estabelecida na literatura científica entre papéis e traços (Hoffman & Hurst, 1990, Eagly, 1987) está também presente nas representações leigas.

Traços típicos dos homens e das mulheres
Para saber em que medida os traços de personalidade relevantes no meio familiar se aplicam diferentemente aos homens e às mulheres, aplicou-se uma análise factorial em componentes principais sobre as avaliações da tipicidade dos dez traços de personalidade seleccionados. Foram extraídos dois factores com valor próprio superior a um, que expli-

cam, no conjunto, 44.39% da variância total. O primeiro factor inclui o conjunto dos traços positivos e o segundo os traços negativos (ver Quadro 4). Se se considerar que o adjectivo submisso/a não se associa a nenhum dos dois factores (sendo, portanto, retirado da análise), pode-se constatar que os factores não remetem para uma relação dominantes/dominados. Recorrendo à terminologia de Whiting e Edwards (1973), podemos considerar que o primeiro factor evoca uma dominância pró-social (uma maneira de ser que toma em conta os interesses dos outros), enquanto que o segundo descreve uma dominância egoísta (uma maneira de ser dirigida por necessidades pessoais). Para avaliar em que medida as duas dimensões são percebidas como típicas dos

Quadro 4. Traços de personalidade típicos. Solução factorial após rotação varimax

	Factor 1 22.37% $\alpha=.61$	Factor 2 22.03% $\alpha=.61$
Dedicado/a	.764	-.030
Organizado/a	.667	-.165
Dinâmico/a	.654	.152
Sociável	.537	.106
Autoritário/a	-.070	.717
Egoísta	-.047	.671
Dependente	.085	.570
Conflituoso/a	.216	.569
Despreocupado/a	-.455	.554

Nota. Foi retirado o item "Submisso/a" por não se relacionar com os factores extraídos.

Quadro 5. Tipicidade dos traços atribuídos aos homens e às mulheres, em função do sexo de pertença dos respondentes

	Homens		Mulheres	
	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)
Dominância pró-social	4.91c	4.39d	5.16b	5.60a
Dominância egoísta	3.80c	4.64a	4.23b	3.82c

Nota. Em cada linha, as letras diferentes indicam médias significativamente diferentes.

homens e típicas das mulheres, calculámos a média dos itens reunidos nos dois factores (os valores do *alpha de Cronbach* são registadas no Quadro 4). De seguida, aplicámos sobre estas médias uma análise da variância 2(Alvo de descrição: homens vs. mulheres) x 2(Sexo dos respondentes: masculino vs. feminino), com o primeiro factor intra-sujeito (cf. Quadro 5).

No que respeita à dominância pró-social, o efeito significativo de Alvo ($F(1,203)=171.23, p<.001$) revela que essa dimensão é considerada mais típica das mulheres do que dos homens (homens: 4.65; mulheres: 5.38). A interacção significativa entre Sexo e Alvo ($F(1,203)=73.80, p<.001$) mostra, no entanto, que apesar de ambos os grupos acharem a dominância pró-social mais típica das mulheres, os respondentes femininos consideram essa dimensão menos típica dos homens e mais típica das mulheres do que os respondentes masculinos (típica dos homens: respondentes masculinos: 4.91; respondentes femininos: 4.39; $t(190,219)=4.33, p<.001$; típica das mulheres: respondentes masculinos: 5.16; respondentes femininos: 5.60; $t(175,298)=4.04, p<.001$).

Relativamente à dominância egoísta, o efeito significativo de Alvo ($F(1,203)=5.08, p=.025$) revela que essa dimensão é considerada mais típica dos homens do que das mulheres (homens: 4.22; mulheres: 4.03). A interacção significativa entre Sexo e Alvo ($F(1,203)=54.25, p<.001$) indica contudo que os respondentes masculinos acham a dominância egoísta mais típica das mulhe-

res do que dos homens (homens: 3.80; mulheres: 4.23; $t(98)=3.53, p=.001$) enquanto que os respondentes femininos julgam essa dimensão mais típica dos homens do que das mulheres (homens: 4.64; mulheres: 3.82; $t(105)=6.97, p<.001$). A interacção mostra também que os respondentes masculinos acham a dominância egoísta mais típica das mulheres do que os respondentes femininos ($t(203)=3.25, p=.001$) e os respondentes femininos julgam a mesma dimensão mais típica dos homens do que os respondentes masculinos ($t(203)=5.80, p<.001$).

Em suma, os dois grupos sexuais concordam sobre o facto da dominância pró-social ser mais típica das mulheres do que dos homens, enquanto que cada um considera a dominância egoísta mais típica do sexo oposto do que do sexo de pertença. Contudo, para saber se esses traços de personalidade podem ser utilizados para justificar as diferenças de papéis, devemos ainda examinar em que medida os traços típicos dos dois sexos são também considerados como apropriados e em que medida existe uma relação, em particular por parte das mulheres, entre estes traços de personalidade e os papéis familiares.

Desejabilidade dos traços

Para avaliar em que medida as duas dimensões são percebidas como apropriadas aos homens e às mulheres, aplicámos sobre as avaliações da sua desejabilidade (cf. Quadro 6) a mesma análise da variância 2(Alvo de descrição: homens vs. mulheres) x 2(Sexo dos respondentes: masculino vs. feminino), com o primeiro factor intra-sujeito.

Quadro 6. Desejabilidade dos traços atribuídos aos homens e às mulheres, em função do sexo de pertença dos respondentes

	Homens		Mulheres	
	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)	Respondentes masculinos (N=99)	Respondentes femininos (N=106)
Dominância pró-social	5.70b	5.37c	5.85a	6.03a
Dominância egoísta	3.39b	3.74a	3.55b	3.50b

Nota. Em cada linha, as letras diferentes indicam médias significativamente diferentes.

No que respeita à dominância pró-social, o efeito significativo de Alvo ($F(1,203)=57.93, p<.001$) revela que essa dimensão é considerada mais apropriada às mulheres do que aos homens (homens: 5.53; mulheres: 5.94). Porém, a interacção significativa entre Sexo e Alvo ($F(1,203)=23.13, p<.001$) mostra que, apesar de ambos os grupos acharem a dominância pró-social mais desejável para as mulheres, os respondentes femininos consideram essa dimensão menos apropriada aos homens do que os respondentes masculinos (respondentes masculinos: 5.70; respondentes femininos: 5.37; $t(203)=2.81, p=.005$), ao passo que os dois sexos não se diferenciam na avaliação dessa dimensão para as mulheres (respondentes masculinos: 5.85; respondentes femininos: 6.03; $t(203)=1.92, ns$).

Relativamente à dominância egoísta, a análise revelou apenas uma interacção significativa entre Sexo e Alvo ($F(1,203)=10.82, p=.001$). Esta interacção indica que os respondentes masculinos acham a dominância egoísta tão pouco apropriada aos homens como às mulheres (homens: 3.39; mulheres: 3.55; $t(98)=1.88, ns$) enquanto que os respondentes femininos julgam essa dimensão mais apropriada aos homens do que às mulheres (homens: 3.74; mulheres: 3.50; $t(105)=2.76, p=.007$). Desta forma, os respondentes femininos julgam a dominância egoísta mais apropriada aos homens do que os respondentes masculinos (respondentes masculinos: 3.39; respondentes femininos: 3.74; $t(203)=2.55, p=.012$), enquanto que os dois grupos sexuais não se diferenciam na avaliação dessa dimensão para as mulheres (respondentes masculinos: 3.55; respondentes femininos: 3.50; $t(203)=.31, ns$).

Em suma, os traços positivos que constituem a dimensão da dominância pró-

social são julgados mais apropriados às mulheres do que aos homens. Embora a dominância pró-social seja, globalmente, mais desejável do que típica, e a dominância egoísta seja mais típica do que desejável, curiosamente, os respondentes femininos consideram a dominância pró-social menos apropriada e a dominância egoísta mais apropriada aos homens do que às mulheres. Resta saber se os respondentes estabelecem uma relação entre a desejabilidade destes dois tipos de traços e dos papéis desempenhados na família.

Relação entre traços e papéis apropriados

Uma análise da correlação entre a desejabilidade dos traços dos homens e das mulheres e os comportamentos que deveriam desempenhar na família mostra que a dominância pró-social está associada, pelos respondentes masculinos, tanto ao desempenho do papel comunal como ao desempenho do papel agêntico (ver Quadro 7). As respostas dos respondentes femininos vão no mesmo sentido, excepto no facto de não associarem a dominância pró-social masculina com o desempenho do papel agêntico pelos homens. Por outro lado, os respondentes femininos associam também, mas de forma negativa, a dominância egoísta masculina ao desempenho do papel comunal pelos homens. Por outras palavras, apesar dos respondentes femininos associarem a dominância pró-social masculina ao desempenho do papel comunal pelos homens, eles consideram essa dimensão menos apropriada aos homens do que às mulheres (até menos apropriada do que o pensam os respondentes masculinos). Para além disso, apesar dos respondentes femininos associarem negativamente a dominância egoísta masculina ao desempenho do papel comunal pelos homens, eles julgam tam-

Quadro 7. Correlação entre traços apropriados e papéis apropriados

	Homens		Mulheres	
	Papel comunal	Papel agêntico	Papel comunal	Papel agêntico
Dominância pró-social	+0.27**	+0.26**	+0.25*	+0.25*
Dominância egoísta	-.11	+0.18	+0.04	+0.13
Respondentes femininos				
Dominância pró-social	+0.49***	+0.09	+0.44***	+0.22*
Dominância egoísta	-.26**	+0.06	-.13	-.02

bém essa dimensão mais apropriada aos homens do que às mulheres. Estes resultados sugerem que os traços valorizados nos dois sexos permitem, de facto, às mulheres justificar a manutenção das práticas familiares tradicionais.

Conclusão

No conjunto, os nossos resultados apoiam as nossas três assunções para explicar a manutenção das práticas familiares tradicionais. Em primeiro lugar, eles sugerem que as mulheres, tal como os homens, estão motivadas para manter as práticas tradicionais. Se os respondentes em geral estimam mais desejável que as mulheres cuidem do bem-estar dos membros da família e se encarreguem do trabalho familiar, e que os homens assumam os papéis de chefe de família e de ganha-pão, os respondentes femininos consideram o papel comunal - tradicionalmente feminino - menos apropriado aos homens do que os respondentes masculinos.

Em segundo lugar, os resultados indicam que as mulheres estão dispostas a partilhar com os homens as crenças na existência de diferenças entre os sexos, e a acreditar que os papéis tradicionais provêm das personalidades diferentes dos dois sexos. Nomeadamente, as mulheres consideram

a dominância pró-social menos apropriada aos homens do que às mulheres e a dominância egoísta mais apropriada aos homens do que às mulheres, e relacionam estes dois tipos de traços com o desempenho do papel comunal pelos homens. Portanto, pode-se inferir que as mulheres contribuem de forma activa para a manutenção das práticas familiares tradicionais, um resultado que apoia a opinião segundo a qual as mulheres não teriam a mesma motivação para instaurar a igualdade na família do que para a instaurar no mundo profissional (Larson, Richards & Perry-Jenkins, 1994; Ferree, 1991). No entanto, uma vez que as duas esferas não são estanques, não se pode esperar alcançar a igualdade no mercado de trabalho mantendo a desigualdade na família. O facto de assumir o trabalho doméstico impede, com efeito, muitas mulheres de satisfazer às exigências da vida profissional (Relatório das Comissões Europeias, 1997). Isso contribui para intensificar a segregação profissional por sexo e para manter a globalidade das mulheres nos escalões mais baixos da hierarquia profissional, o que gera, ainda, a "feminização" da pobreza (Nielsen, 1990). Para conseguir uma melhor igualdade social torna-se por conseguinte importante que as mulheres (e a sociedade de forma geral) se mobilizem para desenvolverem e valorizarem os

mesmos traços nas crianças e nos adultos dos dois sexos e para os prepararem e os encorajarem a adoptar os mesmos comportamentos na família.

Referências bibliográficas

- Anson, O. & Sagy, S. (1995). Marital violence: Comparing women in violent and nonviolent unions. *Human Relations*, Vol. 48, 285-305.
- Babcock, J.C., Waltz, J., Jacobsen, N.S. & Gottman, J.M. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol. 61, nº 1, 40-50.
- Baudelot, C. & Establet, R. (1992). *Allez les filles!* Paris: Editions du Seuil.
- Baxter, J. & Western, M. (1998). Satisfaction with housework: Examining the paradox. *Sociology*, 32, 101-120.
- Blood, R.A. & Wolfe, D.M. (1960). *Husbands and wives*. New York: The Free Press.
- Comissão das Comunidades Europeias (1997). *Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na União Europeia. Relatório anual da Comissão - 1996*. Bruxelas.
- Darling-Fisher, C. & Tiedje, L. (1990). The impact of maternal employment characteristics on fathers' participation in child care. *Family Relations*, 39, 20-26.
- Eagly, A.H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.
- Eagly, A.H. (1995). The science of politics of comparing women and men. *American Psychologist*. Vol. 50, nº 3, 145-158.
- Felmlee, D.H. (1994). Who's on top? Power in romantic relationships. *Sex Roles*, Vol. 31 (5/6), 275-295.
- Ferree, M.M. (1991). The gender division of labor in two-earner marriages: Dimensions of variability and change. *Journal of Family Issues*, 12, 158-180.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice*. Cambridge, Ma: Harvard University Press.
- Gray-Little, B., Baucom, D.H. & Hamby, S.L. (1996). Marital power, marital adjustment, and therapy outcome. *Journal of Family Psychology*, Vol. 10, nº 3, 292-303.
- Hoffman, C. & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: perception or rationalization? *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 58, No. 2, 197-208.
- Kellerhals, J., Troutot, P.Y. & Lazega, E. (1993). *Microsociologie de la famille*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Larson, R.W., Richards, M.H. & Perry-Jenkins, M. (1994). Divergent worlds: The daily emotional experience of mothers and fathers in the domestic and public spheres. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 67, No. 6, 1034-1046.
- Mikula, G. (1998). Justice in the family - Multiple perspectives in the division of labor: Introduction. *Social Justice Research*, Vol. 11, nº 3, 211-213.
- Müller, U. (1998). The micropolitics of gender differences in family life. In V. Ferreira, T. Tavares & S. Portugal (Eds.), *Shifting bonds, shifting bounds* (pp. 329-344), Oeiras: Celta Editora.
- Nielsen, J.M. (1990). *Sex and gender in society. Perspectives on stratification*. Prospect Heights, Ill: Waveland Press.
- Parsons, T. & Bales, R.F. (1956). *Family: Socialization, and interaction process*. Glencoe, Ill: Free Press.
- Pleck, J.H. (1985). *Working wives/working husbands*. Beverly Hills, Ca: Sage.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas, e ideais. *Análise Social*, Vol. XXXV (156), 695-719.
- Poeschl, G. (2003a). Représentations des différences entre les sexes et jeux de pouvoir. *Nouvelle Revue de Psychologie Sociale*, Vol. 2, No. 1, 77-86.
- Poeschl, G. (2003b). Inégalités sexuelles dans la mémoire collective et représentations des différences entre les sexes. *Connexions* (80(2)), 101-119.
- Poeschl, G., Múrias, C. & Costa, E. (2004). Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos. *Análise Social*, Vol. XXXIX (171), 365-387.
- Poeschl, G., Múrias, C. & Ribeiro, R. (2003). As diferenças entre os sexos: mito ou realidade? *Análise Psicológica*, 2 (XXI), 213-228.
- Poeschl, G. & Pinto, I. (2001/2002). Representações das diferenças entre os sexos e legitimação das relações entre homens e mulheres. *Cadernos de Consulta Psicológica*, No. 17/18, 171-179.
- Poeschl, G. & Seródio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education familiale*, Vol. 2, nº 2, 5-23.
- Poeschl, G. & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre os sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, Vol. XV (1), 93-113.
- Roux, P. (1999). *Couple et égalité: un ménage impossible*. Lausanne: Réalités sociales.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Silva, A. & Poeschl, G. (2001-2). Representações das semelhanças e das diferenças entre os sexos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, No. 17/18, 153-159.
- Spence, J.T., Deaux, K. & Helmreich, R.L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, Vol. 2, 3º Ed (pp. 149-178). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Stohs, J.H. (1995). Predictors of conflict over the household division of labor among women employed full-time. *Sex Roles*, Vol. 33 (3/4), 257-275.
- Stryker, S. & Statham, A. (1985). Symbolic interaction and role theory. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, Vol. 2, 3º Ed. (pp. 311-378). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Thoma, S.J. (1986). Estimating gender differences in the comprehension and preference of moral issues. *Developmental Review*, 6, 165-180.
- Whiting, B.B. & Edwards, C.P. (1974). A cross-cultural analysis of sex differences in the behavior of children aged three to eleven. *Journal of Social Psychology*, 91, 171-188.
- Wille, D.E. (1995). The 1990s: Gender differences in parenting roles. *Sex Roles*, Vol. 33, Nos 11/12, 803-817.
- Yogev, S. (1981). Do professional women have egalitarian marital relationship? *Journal of Marriage and the Family*, November, 865-870.